

DPF/PGUA

Sr. Chefe do Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador DRT PR

RELATÓRIO - Atualização Laudo Periculosidade

Os. : 5442665-0


Requerente: Ministério da Justiça - Delegacia Policia Federal de Paranaguá

Atendendo a solicitação do Departamento de Policia Federal, Delegacia de Policia Federal de Paranaguá / PR, ofício 810/04 DPF/PGA/PR, datada de 28/05/04 estivemos neste dia 09 de julho de 2004, nesta cidade e nos postos de trabalhos dos Agentes de Policia Federal, para verificação de fatores geradores de condição de **PERICULOSIDADE**, (nos termos da **NR 16 - Decreto 97458/89 - Lei 8112/90**), e atualização do Laudo de Periculosidade p/ pagamento do adicional correspondente.

Nesta oportunidade, fomos atendidos e recebemos informações do Sr. Fabiano Bordinon - Delegado de Policia Federal em Paranaguá.

Assim, a partir da constatação de que permanecem inalteradas as condições ambientais e de trabalhos neste locais, em relação aos verificados nos levantamentos para a elaboração do laudo anterior, (correspondente ao ano de 2003 - OS 5264121-0), com destaque para os *agentes de riscos ocupacionais, atividades laborais, e tipos de exposições*), estamos **RATIFICANDO** as considerações e conclusões contidas naquele relatório.

Curitiba, 19 de julho 2004

Eng.  Oliani
✓ CIF 30131 0

Sra. Chefe do Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador DRT / PR

RELATÓRIO DE PERÍCIA - (Periculosidade).

1. OBJETIVO :

Dar atendimento ao ofício 842 / 03 DPF / PGA - 28/05/03, Departamento de Polícia Federal em Paranaguá e a elaboração de Laudo Pericial de Periculosidade.

2. REFERENCIAS LEGAIS :

A fundamentação legal :

- Decreto 97.458 / 89
- Portaria MT 3.214 / 78 - NR 16 e seu Anexo 2 , linha " d "
- " e " e ainda item 3 Area de Risco - linha " f ".
- Lei 8.270 / 91, assim :

O Decreto 97.458 de 15/01/89 que define a caracterização de insalubridade / periculosidade aos servidores da administração federal, no seu Art. 3 diz :

" Os adicionais a que se refere este Decreto não serão pagos aos
" servidores que :

I) No exercício de suas atribuições fiquem expostos aos agentes nocivos à saúde apenas em caráter esporádico ou ocasional. (eventualmente).

II) Estejam distantes do local ou deixem de exercer o tipo de trabalho que deu origem ao adicional.

A Lei n.º 8.270 / 91, que dispõe sobre a remuneração dos servidores públicos, fixa sobre o vencimento do cargo, o adicional de insalubridade em 5 % (grau mínimo), 10 % (grau médio) e 20 % (grau máximo), sendo para o **adicional de periculosidade um índice de 10 %**, incidente sobre o salário base.



3. INFORMAÇÕES GERAIS :

A Delegacia de Polícia Federal de Parangua, localiza-se na rua Manoel Bonifácio, 309 – Centro, em prédio compartilhado com outros órgãos federais e municipais e cuja administração pode se sub dividir basicamente em :

- Sala do plantão e guarda armamento / munição acesso rápido.
- Cartório / cofre mercadorias apreendidas (drogas, armas)
- Sala de operações especiais / guarda armamento e munição
- Sala departamento marítimo.

Resumidamente, destacamos como principais atividades :

- Organização e execução de operações policiais na região e no porto, envolvendo visitas a navios atracados no cais , no píer da Petrobras ou ao largo com carga sólida ou líquidos inflamáveis .
- Controle e fiscalização produtos químicos controlados, em transito como mercadoria importada e respectiva emissão de autorização.
- Emissão de passaporte e outros documentos afins, relacionados a emigração.

4. METODOLOGIA ADOTADA :

A análise dos locais de trabalho e das atividades desenvolvidas, para efeito de caracterização de periculosidade , será feita qualitativamente e baseando-se em observações das tarefas, e nas principalmente nas informações prestadas pelos funcionários destes setores visitados, seus métodos de trabalho e suas frequências de exposições.

Nestas oportunidade, 30 de junho de 2003, fomos acompanhados pela Srta. Jaane, indicada pelo Dr. Antonio Hadano, delegado Chefe e recebemos informações nos setores dos agentes em serviço.

5. **CONCLUSÃO** : Anexo Quadro p/ caracterização da condição de periculosidade.

Curitiba, 05 de julho de 2003

Eng. Mario Luiz Oliani
Cif 30131-0

RELATÓRIO DE PERÍCIA DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE - ofício 842 / 2003
 Quadro para a caracterização / Lei 8.270 de 17 de dezembro de 1991.
 MJ - Departamento de Polícia Federal Delegacia de Polícia Federal em Paranaguá / PR.

LÓCAL/	ATIVIDADE	RISCO/AGENTE	MEDIDA DE PROTEÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
SEDE da Delegacia em Paranaguá	Desempenho de trabalhos administrativos internos, distribuídos entre as salas da secretaria, plantão, gabinetes, operações especiais, depósito de armamento e de material apreendido. Envolvendo atendimento ao público, expedição de passaportes, guarda de produtos apreendidos e de munições.	Manipulação e guarda de munições, de uso em operações, e mesmo os apreendidos, inclusive elementos explosivos.	Organização, ventilação e qualificação.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Lei 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 1 - Quadro 1 - Armazenamento de material explosivo.
PORTO.	1) Vistorias em navios, seja atracado no cais do porto ou mesmo ao largo, fundeado na baía. Inclusive navios tanques, carregados com inflamáveis. 2) Movimentação e permanência no pier de atracamento de navios tanques nos terminais de carregamento de inflamáveis, operados pelas empresas Petrobrás e Catalini. 3) Permanência / movimentação no cais do porto, nos locais de atracamentos de navios para carregamento / descarregamento..	Inflamáveis líquidos Eventualmente, exposição a poeiras originadas em operações de movimentação de produtos a granel, como cereais, ou componentes para fabricação de adubos minerais.	Organização, sinalização, vigilância da área implantada pela administração do local, e operadores.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Lei 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 2 - Quadro item 1 alíneas "d, e "e", - Quadro item 3 alínea "f".

Curitiba, 05 de julho de 2003

Eng. Mario Luiz Oliani



MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARANÁ
SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Sr. Chefe do Serviço de Segurança e Saúde do Trabalhador DRT / PR

RELATÓRIO DE PERÍCIA - insalubridade / periculosidade

Por solicitação do – Departamento de Polícia Federal – Delegacia de Polícia Federal de Paranaguá, of. 479 / 01 – estivemos neste dia 25 / 07 / 01 nesta unidade na cidade de Paranaguá, localizada na Rua Manoel Bonifácio, 309, para um levantamento de atividades insalubres e perigosas, conforme quadro anexo, fundamentado no Decreto 97.458 / 89 , Portaria 3.215 / 78 - NR 15 e NR 16, e Lei 8.270 / 91, assim :

A análise dos locais de trabalho e das atividades desenvolvidas, para efeito de caracterização de insalubridade e de periculosidade, será feita qualitativamente e baseando-se em observações das tarefas, e nas informações prestadas pelos funcionários destes setores visitados, seus métodos de trabalho e suas frequências de exposições.

OBS . : 1 - Adicional

O Decreto 97.458 de 15/01/89 que define a caracterização de insalubridade e periculosidade para os servidores da administração federal, no seu Art. 3 diz :

“ Os adicionais a que se refere este Decreto não serão pagos aos “
servidores que :

I) No exercício de suas atribuições fiquem expostos aos agentes nocivos à saúde apenas em caráter esporádico ou ocasional. (eventualmente).

II) Estejam distantes do local ou deixem de exercer o tipo de trabalho que deu origem ao adicional.

O Decreto n.º 8.270, que dispõe sobre a remuneração dos servidores públicos, fixa sobre o vencimento do cargo, o adicional de insalubridade em 5 % (grau mínimo), 10 % (grau médio) e 20 % (grau máximo), sendo para o adicional de periculosidade um índice de 10 %, incidente sobre o salário base.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARANÁ
SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

2 - Periculosidade

A Norma Regulamentadora nº 16 - (NR16), ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS - da Portaria MTb. 3.214/78, caracteriza como de periculosidade, com direito ao adicional, as constantes dos Anexos 1 e 2 :

ANEXO 1 :

Diz respeito aos trabalhos envolvendo explosivos (armazenamento, transporte, guarda). Abrangendo todos os trabalhadores na área de risco.

ANEXO 2 :

Trata das operações com inflamáveis, (produção, transporte, armazenamento, carregamento). Caracterizando como de periculosidade as atividades dos trabalhadores na área de risco, definidas no quadro do item 1 e item 3 da NR 16.


Portanto, as tarefas que, mesmo fazendo parte das atribuições funcionais (rotineiras ou eventuais), sejam realizadas em ambientes hostis, com risco de vida ou a saúde do trabalhador, devido a equipamentos inadequados, condições anormais de exposição a agentes agressivos, etc, mas que não digam respeito a explosivos, inflamáveis, eletricidade ou radiação ionizantes, não são caracterizada como de periculosidade à luz da NR 16 e seus anexos.

3 - Insalubridade

O fato da existência no local de trabalho de produtos químicos , não implica necessariamente em uma condição de insalubridade. Para que isto ocorra, segundo a Norma Regulamentadora n.º 15, devemos considerar parâmetros essenciais à caracterização como : Limites de tolerância, meios de controle, natureza do agentes nocivo, intensidade e tempo de exposição.

Portanto eventuais exposições a elementos químicos ou pequenas manipulações ao longo do mês, não serão consideradas como de insalubres.

Anexo o quadro para a caracterização.


Eng. Mario Luiz Oliani
Gr. 30.131 0

MINISTÉRIO DO TRABALHO DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARANÁ SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

RELATÓRIO DE PERÍCIA DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE –
Quadro para a caracterização / Lei 8.270 de 17 de dezembro de 1991.
MJ – Departamento de Polícia Federal Delegacia de Polícia Federal em Paranaguá / PR.

LOCAL/	ATIVIDADE	RISCO/AGENTE	MEDIDA DE PROTEÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
SEDE da Delegacia em Paranaguá	Desempenho de trabalhos administrativos internos, distribuídos entre as salas da secretaria, plantão, gabinetes, operações especiais, depósito de armamento e de material apreendido. Envolvendo atendimento ao público, expedição de passaportes, guarda de produtos apreendidos e de munições.	Manipulação e guarda de munições, de uso em operações, e mesmo os apreendidos. Eventualmente elementos explosivos	Organização, ventilação e qualificação.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Decreto 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 1 - Quadro 1, Armazenamento de material explosivo.
PORTO.	Executar rotineiramente : 1) <u>Vistorias em navios</u> , seja atracado no cais do porto ou mesmo ao largo, fundeado na baía. Inclusive navios tanques, carregados com inflamáveis. 2) <u>Movimentação e permanência no píer de atracamento de navios tanques nos terminais de carregamento de inflamáveis</u> , operados pelas empresas Petrobrás e Catalini. 3) <u>Permanência / movimentação no cais do porto, nos locais de atracamentos de navios para carregamento / descarregamento..</u>	Inflamáveis, líquidos ou gasosos. Eventualmente, exposição a poeiras originadas em operações de movimentação de produtos à granel, como cereais, ou componentes para fabricação de adubos minerais.	Organização, sinalização, área de vigilância implantada pela administração do local, e operadores.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Decreto 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 2 - Quadro item 1 alíneas “d, e “e “ - Quadro item 3 alínea “f “.
Curitiba, 27 de julho de 200		7	Eng. Mário Luiz Oliani	